

Carta OCDE sobre acesso do Brasil

A Sua Excelência o Senhor
Mathias Cormann
Secretário-Geral
OCDE

Senhor Secretário-Geral,

As organizações ao final assinadas, todas com longa experiência no monitoramento de políticas de transparência, boa governança, direitos humanos ou promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, vêm manifestar suas preocupações em relação à recente abertura das discussões formais para a acesso do país à OCDE, formalizada por meio de correspondência datada de 25/01/22, e apresentar sugestões para a construção do mapa do caminho, a ser realizada por essa Secretaria-Geral.

Primeiramente é importante ressaltar que avaliamos que a inserção do Brasil em órgãos multilaterais como a OCDE pode ser benéfica para o país. Acreditamos que a adoção de boas práticas em diversas áreas de políticas públicas, com o fortalecimento do Estado de Direito, tal como fomentado pela OCDE, pode ajudar o Brasil a aprimorar não só seu desempenho econômico, mas também a promoção dos direitos humanos e da boa governança ambiental e climática.

Esses objetivos só serão alcançados, no entanto, se o país, estimulado pelo processo de acesso, não apenas se comprometa, mas demonstre efetivamente a capacidade e a boa vontade de implementar, de forma perene, as políticas e boas práticas recomendadas pela OCDE. Esse, a nosso juízo, não vem sendo o caso do Brasil, que nos últimos anos, mas sobretudo desde que o Presidente Jair Bolsonaro chegou ao poder, vem retrocedendo em práticas e políticas cruciais para a estabilidade democrática, a promoção dos direitos humanos, a transparência e a boa governança pública, a redução das emissões de gases de efeito estufa e o fortalecimento do Estado de Direito.

Por essa razão estamos muito preocupados de que o convite realizado poderia passar a mensagem equivocada de que essa prestigiosa organização avaliza as ações e políticas em curso, as quais levaram ao maior desmatamento anual da Floresta Amazônica nos últimos 15 anos¹; a retrocessos sem precedentes na transparência e na luta contra a corrupção, o que motivou, inclusive, o envio de uma missão de alto nível² e outras medidas³⁴ do Grupo de Trabalho contra o Suborno da OCDE (WGB/OECD) para verificar a situação do país; ao aumento de 138% nos casos de invasão a territórios de povos indígenas⁵; ao recuo de nove posições no ranking internacional de liberdade de imprensa⁶; ao maior número de casos de conflitos pela terra desde o início da série histórica, 1985⁷. Esses e outros retrocessos em curso no país

¹ [Now it's official: Amazon deforestation is the highest since 2006 | WWF Brasil](#)

² [Law enforcement capacity in Brazil to investigate and prosecute foreign bribery seriously threatened, says OECD Working Group on Bribery](#)

³ OECD Working Group on Bribery Statement (Nov., 2019): Brazil must immediately end threats to independence and capacity of law enforcement to fight corruption

⁴ OECD Working Group on Bribery Plenary (December, 2020) Meeting Public Summary Record

⁵ [Desmatamento em Terras Indígenas cresceu 138% nos últimos três anos | ISA - Instituto Socioambiental](#)

⁶ [Brasil | RSF](#)

⁷ <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>

atingem áreas chave definidas nas diretrizes para a expansão da base de membros da OCDE, como o relatório de Noburu⁸ e a “resolução do Conselho sobre a abertura das discussões de acesso”⁹, esta última que trata especificamente da acesso do Brasil, Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia.

Na sua visão para a próxima década, a OCDE se comprometeu a atuar na “vanguarda de práticas modernas de gestão, transparência e accountability”¹⁰. Tal compromisso deve valer para o processo de acesso de novos membros à organização, sobretudo porque, segundo o “framework for the consideration of prospective members”, a decisão de abrir as discussões formais de acesso deve ser guiada, entre outros, por evidências de compromisso com os valores fundamentais da entidade pelo membro prospectivo¹¹.

Nesse sentido, as entidades signatárias expressam sua expectativa de que o processo decisório relativo à adesão do Brasil e de outros países seja transparente e aberto. É fundamental que se institucionalize a participação de organizações da sociedade civil na construção do mapa do caminho, na avaliação independente do cumprimento das políticas recomendadas pela OCDE e na formulação de planos de ação, para que uma eventual acesso não venha significar uma chancela dessa organização a práticas incompatíveis com suas próprias diretrizes, mas uma oportunidade para o efetivo aprimoramento de políticas públicas na direção do desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

Para que possamos aprofundar o diálogo sobre a nossa visão relativa à situação brasileira e ao processo de adesão do país à OCDE, **gostaríamos de solicitar uma reunião com o Sr. Secretário Geral.**

His Excellency
Mathias Cormann
Secretary-General

⁸ <https://www.oecd.org/global-relations/globalrelationsstrategy/37434513.pdf>

⁹ <https://www.oecd.org/newsroom/Resolution-of-the-Council-on-the-Opening-of-Accession-Discussions-C-2017-92-final.pdf>

¹⁰ [https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_\[C-MIN_2021_16-FINAL.en\].pdf](https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_[C-MIN_2021_16-FINAL.en].pdf)

¹¹ <https://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>

OECD

Dear Mr. Cormann,

We, the undersigned organizations, who bring together extensive experience in monitoring policies on transparency, good governance, human rights, and the promotion of sustainable development in Brazil, are writing to express our concerns regarding the initiation of formal discussions for the country's accession to the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), formalized in a correspondence dated 25 January 2022, and to request a meeting with you to discuss the possibilities for civil society input in the construction of the accession roadmap by the OECD Secretariat.

In our view, Brazil's inclusion in multilateral bodies such as the OECD can benefit the country. We believe that the adoption of good practices in several areas of public policy and the strengthening of the rule of law, as promoted by the OECD, could help Brazil to improve not only its economic performance, but also the promotion of human rights and good environmental and climate governance.

These objectives, however, will only be achieved if the country, encouraged by the accession process, not only commits itself, but also effectively demonstrates the will and capacity to implement, on a permanent basis, the good practices and policies recommended by the OECD. Yet in recent years – and especially since President Jair Bolsonaro came to power – we have seen a backsliding in Brazil on the practices and policies that are crucial for human rights, transparency, good governance, the reduction of greenhouse gas emissions, and the strengthening of democracy and the rule of law.

For this reason, we are concerned that the invitation for Brazil could send the wrong message that the OECD endorses these harmful policies and actions, which have taken a dramatic toll on multiple fronts – including leading to the highest annual deforestation of the Amazon Rainforest in the past 15 years¹²; unprecedented setbacks in transparency and the fight against corruption (which prompted a high-level mission¹³ and other measures¹⁴ by the OECD Working Group on Bribery to verify the country's situation); a 138 percent increase in cases of invasion of indigenous lands¹⁵; a drop of nine positions in the country's international ranking on press freedom¹⁶; and the highest number of land conflicts since 1985¹⁷. These and other setbacks have impacted critical areas that are prioritized in the guidelines for OECD expansion, including the Noburu Report¹⁸

¹² [Now it's official: Amazon deforestation is the highest since 2006 | WWF Brasil](#)

¹³ [Law enforcement capacity in Brazil to investigate and prosecute foreign bribery seriously threatened, says OECD Working Group on Bribery](#)

¹⁴ [OECD Working Group on Bribery Statement "Brazil must immediately end threats to independence and capacity of law enforcement to fight corruption"](#) (November 2019); [OECD Working Group on Bribery Plenary Meeting Public Summary Record](#) (December, 2020).

¹⁵ [Desmatamento em Terras Indígenas cresceu 138% nos últimos três anos | ISA - Instituto Socioambiental](#)

¹⁶ [Brasil | RSF](#)

¹⁷ <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>

¹⁸ <https://www.oecd.org/global-relations/globalrelationsstrategy/37434513.pdf>

and the “Resolution of the Council on the Opening of Accession Discussions”¹⁹, which specifically addresses the accession process for Brazil, Argentina, Bulgaria, Croatia, Peru and Romania.

In its vision for the next decade, the OECD has committed itself to act at the “vanguard of modern management practices, transparency and accountability.”²⁰ This commitment should extend to the accession process for new members to the organization, given that, according to the “Framework for the Consideration of Prospective Members,” the decision to start formal accession discussions must be guided by, among other things, evidence of the commitment by the prospective member to the organization’s core values²¹.

With this goal in mind, we believe it is crucially important that the accession process for Brazil and other countries be transparent and open. In particular, we believe that there should be a formal processes established to allow civil society input in the construction of the roadmap, the independent assessment of compliance with policies recommended by the OECD, and the formulation of action plans. Such participation is critical to ensure that an eventual accession will not signify a seal of approval of practices that are incompatible with the OECD’s own guidelines, but rather an opportunity for the effective improvement of public policies towards sustainable and equitable development.

We would very much appreciate the opportunity to elaborate on our concerns regarding the Brazilian situation and explore possibilities for civil society input in the country's accession process. With that aim, we would like to request a meeting with you via video conference at your earliest convenience.

Thank you for your attention to our concerns.

Yours sincerely,

¹⁹ <https://www.oecd.org/newsroom/Resolution-of-the-Council-on-the-Opening-of-Accession-Discussions-C-2017-92-final.pdf>

²⁰ [https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_IC-MIN_2021_16-FINAL.en\].pdf](https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_IC-MIN_2021_16-FINAL.en].pdf)

²¹ <https://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>